

Curso de Gestão da Mobilidade Urbana

Ensaio Crítico - Turma 1

Mobilidade Urbana – do olhar de cada um para a visão de todos

Estela Regina Vicentini (*)

Em uma rápida pesquisa pela internet podemos encontrar vários significados para a palavra *mobilidade*. Dentre eles está “*facilidade de se mover*”. Portanto, podemos entender que *mobilidade urbana* é a facilidade de se mover dentro da cidade. Mas não é somente isso.

Quando nos perguntamos o que é mobilidade urbana, imediatamente respondemos sob a nossa realidade social e financeira. Para uns, mobilidade urbana é fluidez no trânsito, andar com seu automóvel nas vias sem semáforos, sem congestionamentos, sem ciclistas para atrapalhar, sem pedestres para dar a preferência, sem limite de velocidade, com estacionamento livre e, o mais importante, sem aqueles caras chatos com seus blocos e canetas que estão sempre no lugar errado e na hora errada, afinal, pagamos impostos e temos direitos! Para outros, mobilidade urbana é sair de casa, abrir o portão e encontrar o ônibus esperando, com assentos livres à escolha, pagar uma tarifa razoável (ou até mesmo não pagar!), seguindo um trajeto livre de automóveis e chegar ao destino em bem menos tempo do que se imaginava. Encontramos ainda aqueles que dizem que mobilidade urbana é conseguir andar pelas calçadas e não encontrar obstáculos, poder atravessar a rua no momento em que se aproxima da faixa de pedestres, sem ter que correr para concluir a travessia.

Analisando cada resposta, percebemos que entre elas existe um ponto em comum. Mobilidade urbana é a facilidade, a qualidade, a rapidez e a segurança do MEU deslocamento na cidade, para realizar as MINHAS tarefas. E como fazer com que esse egoísmo coletivo se transforme numa generosidade individual? Conhecimento e educação.

Não existe transformação que não passe pelo conhecimento e pela educação desse conhecimento. Transformar a *minha* cidade em *nossa* cidade é uma tarefa árdua e não acontece da noite para o dia. Demanda tempo, esforço, uma reviravolta na cultura de uma sociedade que se construiu há tempos e que hoje vive o sonho de poder comprar o seu próprio automóvel.

A cidade não é somente o lugar onde vivemos e trabalhamos. É o lugar onde convivemos com pessoas, com suas diferenças, hábitos, necessidades e objetivos. Precisamos entender que essas diferenças são importantes e que podemos fazer delas o alicerce de um desenvolvimento urbano mais humano.

Precisamos conhecer a cidade, seus espaços, seus limites, suas carências, suas oportunidades. Precisamos conhecer e compreender as necessidades de cada indivíduo, ou seja, os pedestres, os ciclistas, os usuários do transporte coletivo, os

motoristas do transporte coletivo e individual, enfim, todas as peças dessa engrenagem que movimenta a cidade.

O acesso democrático à cidade deve ser sustentável, garantindo o uso dos espaços de forma equilibrada e dinâmica, compartilhando o uso das vias públicas entre modos de transporte motorizados e não motorizados, priorizando o transporte coletivo.

O gestor público possui hoje um instrumento importantíssimo a seu favor, a Lei 12.587/2012, que estabelece as diretrizes, os objetivos e os princípios da mobilidade urbana, as quais servem de orientação para que se possa, objetivamente e de forma concreta, desenhar a cidade do futuro. Importante ainda que se capacitem os técnicos dos setores de transportes, de trânsito e do uso do solo para que possam promover políticas urbanas conjuntas com qualidade, permitindo a ocupação ordenada do território e a inclusão social. Uma política de mobilidade urbana bem elaborada produz resultados positivos não só nos deslocamentos dos indivíduos, mas também na economia, no meio ambiente e na cultura dessa cidade.

A responsabilidade por uma mobilidade urbana eficaz, eficiente e efetiva não é apenas dos gestores públicos e das empresas de transporte coletivo. A responsabilidade é de cada indivíduo, seja qual for o modo de transporte que utilize, pois além dos direitos temos deveres como cidadãos.

Quando utilizamos o automóvel, precisamos nos conscientizar que somos motoristas e não pilotos de corrida, que existem regras a serem respeitadas, cuidadosamente elaboradas para ordenar o trânsito e que constam de um Código. Quando utilizamos o transporte coletivo não estamos sozinhos, portanto, devemos respeitar os outros usuários, manter a higiene e não danificar a estrutura dos veículos. É preciso entender que bicicleta também é um veículo e que, portanto, deve respeitar as leis de trânsito, utilizando a ciclovia ou a ciclofaixa e, caso não existam, os bordos da pista de rolamento no mesmo sentido de circulação dos demais veículos. Todos nós, em algum momento, somos pedestres. Logo, é nosso dever tomar as precauções de segurança e utilizar as faixas de travessia sempre que existirem.

Portanto, para conseguirmos um ambiente urbano equilibrado para as nossas cidades devemos construir um plano de mobilidade urbana que seja resultado da participação de todos, num processo permanente de planejamento, aonde se consiga a valorização do ser humano como parte integrante e fundamental de uma cidade.

*(**) Estela Regina Vicentini, Engenheira Civil, trabalha atualmente numa agência reguladora estadual, a ARSI, na área de infraestrutura viária sob concessão.*